çar a verba inscrita no capítulo 7.º, artigo 39.º, da despesa ordinária do orçamento do segundo dos citados Ministérios para o ano económico de 1927-1928, sob a epígrafe «Fundo de Socorros a Naufragos», inscrevendo-se igual importância no orçamento das receitas, não podendo porém ser paga quantia superior à que se arrecadar.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, de conformidade com a alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Maio de 1928.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Bacelar Bebiano — Duarte Pacheco — Joaquim Nunes Mexia.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Estradas

Repartição de Estradas

Decreto n.º 15:536

Tendo-se reconhecido a conveniência de modificar e completar algumas disposições do decreto n.º 14:988, de 30 de Janeiro de 1928, que criou o Conselho Superior de Viação e aprovou o Código da Estrada;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Na constituição do Conselho Superior de Viação será incluído um delegado da Direcção Geral de Segurança Pública.

§ único. Sob proposta do engenheiro presidente poderão ser agregados ao Conselho Superior de Viação indivíduos que, pelos seus conhecimentos especiais, possam facilitar a missão deste organismo.

Art. 2.º O Código da Estrada, aprovado pelo decreto n.º 14:988, de 30 de Janeiro de 1928, fica substituído, para todos os efeitos, pelo que, com igual designação, assinado pelo Ministro do Comércio e Comunicações, é aprovado pelo presente decreto e dele faz parte integrante.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Abril de 1928.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

Código da Estrada

(Aprovado pelo decreto n.º 15:536, de 14 de Abril de 1928)

CAPÍTULO I

Disposições gerais aplicáveis aos peões, aos animais de tiro, de carga ou montados e a todos os veículos que transitarem pelas vias públicas.

ARTIGO 1.º

Regras gerais de trânsito

As bermas e passeios das estradas ou ruas são reservados exclusivamente para o trânsito dos peões, sendo expressamente proibido o seu estacionamento no meio das vias públicas. Podem contudo transitar fora dos passeios ou bermas só quando precisem atravessar, tomando sempre a direcção perpendicular ao eixo da via, de forma a ocupar o menos tempo possível a parte destinada à circulação dos veículos.

Nos cruzamentos os peões contornarão as esquinas para atravessarem perpendicularmente as vias públicas, e quando nestas existam marcações indicando locais especiais para serem atravessados é nestes locais que os peões deverão transitar.

É proibido o trânsito de veículos e animais nos passeios e bermas. A circulação na via pública poderá ser interrompida enquanto desfilem tropas ou cortejos ou ainda nos casos excepcionais de aglomeração em que as autoridades policiais assim julgarem conveniente.

Quando a via pública for dividida por meio de passeio, placas ou simples marcos, os veículos só poderão transitar na direcção e lado que lhes compete e esteja regulamentado nos termos deste Código.

Sempre que qualquer veículo em marcha necessite mudar de direcção ou parar, deverá o seu condutor fazer sinal aos veículos que vierem à retaguarda para que estes deminuem o andamento. A mudança de direcção deverá ser feita quanto possível no sentido perpendicular àquela em que seguiam.

Os condutores de viaturas automóveis devem sempre sustar o andamento pelo lado da entrada e saída dos passageiros dos veículos assentes em carris quando estes estejam parados para esse fim.

Quando se dê um choque entre duas viaturas, o presumível culpado será sempre o condutor daquela que se encontrava na ocasião do choque fora do lugar pelo qual lhe cumpria seguir.

Aos agentes da policia de segurança pública ou de quaisquer outras secções de policia de trânsito e à guarda nacional republicana, quando devidamente uniformizados, cumpre intimar os condutores das viaturas ao exacto cumprimento do presente Código, quando lhes pareça que elles levam os seus veículos com uma velocidade superior àquela em que, dadas as circunstâncias especiais do momento e local, não é fácil evitar um acidente. Para tal efeito mandá-los hão parar, intimando-os a reduzir a velocidade das viaturas que conduzem, tomando nota dos números destas e da carta do condutor, para dar conhecimento do facto ao comando ou autoridade competente de que dependam.

Os guardas da segurança pública e demais agentes de autoridade encarregados de fiscalizar o cumprimento deste Código e de quaisquer outras disposições sobre trânsito deverão usar de todos os meios suasórios para fazerem cumprir essas determinações, podendo porém, quando as suas indicações não sejam exactamente cumpridas, deter os recalcitrantes e levantar os respectivos autos de transgressão.